

A ‘REPRESENTAÇÃO’ LINGUÍSTICO-COGNITIVA DO MUNDO NA CONSTRUÇÃO DO *SELF*

José Cláudio Luiz NOBRE
PUC-MG; Rede Doctum de Ensino.
jclnobre@gmail.com

Resumo: O estudo que aqui se apresenta delimita seu objeto no âmbito das operações cognitivas, constituintes da competência discursiva humana e fundamentais na construção de categorias linguísticas, que indiciam ‘representações’ mentais de objetos de discurso (co)instituídos em atividades de linguagem. Busca-se um novo olhar à noção de “representação linguística” difundida pela sequência dos estudos a respeito das funções da linguagem a partir do achado de Bühler, repensado por Kainz e ampliado por Jakobson. Propõe-se (re)pensar a função representativa da linguagem a partir da interface estabelecida pelos estudos da Linguística Cognitiva e da Neurociência, com os postulados de Edelman (1987), Maturana e Varela (1995), Damásio (2000), que (re)configuram a noção de ‘representação’ a partir da ideia ‘enação’ e/ou de (re)categorização da construção de sentido, em consonância com a atividade cognitiva de (re)construção do *self* e da vida humana, como uma expansão da capacidade de seleção natural darwiniana, em consonância com a noção de *ação cognitiva*, de *experiência*, em vez de *representação*. Promove-se, também, uma reflexão a respeito da ‘Teoria da Metáfora’, nos moldes de Lakoff & Johnson (1980, 1999, 2002), quanto ao entendimento do processamento cognitivo das ditas ‘metáforas da vida cotidiana’.

Palavras-chave: Representação Linguístico-cognitiva; Self; Metáfora; Construção de sentido.

1. Introdução

Este texto resulta da reorganização de uma pequena parte da Tese “A constituição linguístico-cognitiva do tempo-espaço na construção de objetos de discurso”, apresentada ao programa de Pós-graduação da PUC-MG, em que trato de questões relacionadas à ‘representação’ linguístico-cognitiva do tempo-espaço.

Aqui, utilizando-se de exemplos de categorização/‘representação’ do tempo-espaço, versaremos a respeito do(s) conceito(s) de representação, relacionando-o(s), de forma genérica, à atividade cognitiva de (re)construção do *self* e de (re)construção da vida humana, como uma expansão da capacidade de seleção natural dos organismos vivos. Nesse caso, a ‘clássica’ noção de representação, que concebe a língua como um sistema primordial na elaboração do pensamento, ou como o próprio sistema representativo de tudo aquilo que constitui o pensável e que tem a função ‘veicular’ o mundo exterior e interior na comunicação humana, apenas nos servirá de marco inicial da teoria. Tal noção, tradicionalmente associada à teoria das funções da linguagem atribuída a Bühler, repensada por Kainz e ampliada por Jakobson, não será, portanto, o modelo de representação que fundamentará o nosso posicionamento teórico. Essa escolha motiva a seguinte decisão: dada a limitação de páginas à realização deste texto, não focaremos os postulados aqueles autores, para que possamos tratar, minimamente, da noção ‘representação’ associada à de *ação cognitiva*, de *experiência vital*, de *construção do self*.

Trabalhamos com a hipótese de o cérebro não é um órgão cuja atividade reflete mundos, objetos. Se assim o fosse, todas as pessoas, nas mesmas condições de espaço-tempo constituiriam as mesmas ‘representações’ linguístico-cognitivas do mundo e do próprio espaço-tempo. O que daria um caráter objetivo aos objetos de discurso. Em linhas gerais, ainda que o processo de ‘representação’ linguístico-cognitiva de objetos de discurso – que

implica perceber/categorizar/falar o objeto – seja, o quanto possível, análogo, regular e analisável entre pessoas de uma comunidade, o ponto de vista de cada sujeito é, necessariamente parcial (dada a condição limitada do ser humano, este, por não perceber a integralidade dos fenômenos, deve selecionar um ou alguns de seus aspectos ou uma de suas partes), e não pode ser neutro. E tal posição está relacionada a numerosos componentes psicológicos, sociais, constitutivos das experiências de vida de cada ser, que produzem uma variedade de respostas dos indivíduos ou grupos face aos mesmos estímulos ambientais.

2. Da natureza dos objetos e das representações

Sabemos que as teorias causais¹ da percepção sustentam que a ‘representação’ perceptual de um objeto consiste em que o objeto está sendo causalmente responsável, de forma adequada, para o caráter da percepção. O que legaria aspectos da natureza desse objeto no processo de ‘representação’. Isso pode parecer plausível, no caso de percepção/representação de árvores, animais, pessoas – os considerados itens ‘concretos’ a respeito dos quais os teóricos da percepção causal tendem a falar.

Mas, como aplicar isso a propriedades relacionais, como ‘simultaneidade’, ‘precedência’ e ‘duração’, que não são elas mesmas causais? É possível uma teoria da representação que dê conta da nossa capacidade de representar aspectos de TEMPO, por exemplo? Eis de imediato um problema: já que estudar uma ‘representação’ não é precisamente estudar o objeto representado, pelo menos não diretamente, parece irrealizável o objetivo de descobrir algo sobre a natureza do próprio objeto pelo olhar para a natureza de uma ‘representação’ mental de quem o observa.

É verdade que a ‘representação’ é um fenômeno relacional: há, por um lado, o “*representans*” (o modelo representante) e, de outro, o “*representandum*” (o sistema real). Tem-se no ‘*representans*’ um conjunto de elementos interligados, tomados como um todo mais ou menos coerente, cujos componentes funcionam entre si em numerosas relações de interdependência ou de subordinação, de ‘apreensão’ muitas vezes realizável pelo intelecto, como um conjunto de ideias associadas, capazes de levar o observador a pensar, sentir e, por vezes, agir de acordo com um padrão de natureza definido pelo ‘*representandum*’. Mas não é satisfatória a noção de que a relação entre os dois seja de similitude, no sentido pleno da palavra: mesmo no caso de ‘representação’ pictórica, em que as semelhanças parecem mais promissoras, a relação entre o ‘*representans*’ e o ‘*representandum*’ realiza alguma assimetria, dada a específica complexidade da natureza de cada um. Há, por certo, alguma diferença de qualidade, valor, proporção, dimensão, intensidade, etc. Concordo com Poidevin (2007, p.05), para quem a “representação é raramente, ou nunca, transparente: não se pode simplesmente ler a natureza do mundo a partir da intrínseca característica da representação”.

Então, se não há tal possibilidade, o que se ‘edifica’ num estudo de ‘representação’ a nos dizer da estrutura da realidade representada? **O objeto é o que é.** Todavia, o exercício definitório/representativo, seja em assembleia, seja na individualidade, geralmente estabelece uma constituição do que definido/representado, a partir de postos ou lentes de observação que imantam a natureza do objeto que se observa. Dessa forma, a ‘representação’ que se faz de objetos científicos (por excelência, objetos de discurso) resulta de procedimentos de percepção, categorização – atribuídos à capacidade cognitiva – construídos no exercício da linguagem. Assim, o objeto ‘final’ – o linguístico-cognitivamente representado, o discursivo – é (a) um parecer-ao-espírito do objeto tácito; (b) uma forma de percepção e categorização de tal parecer (um percepto, nesse sentido, é necessariamente uma experiência pessoal estabelecida na relação sujeito/objeto, num tempo-espaço específico); (c) uma imagem

¹ Sobre teorias causais, ver POIDEVIN, 2007.

cognitiva sub-objetivada, acordada em palavras, na relação sujeito/sujeito. Como tais sujeitos falam de algum lugar científico e, geralmente, aos seus pares, (co)instituindo-se sujeitos dos lugares e dos objetos que constroem, os objetos discursivos postulados ‘carregam’ traços da natureza dos sujeitos que os instituem e dos lugares em que são instituídos. Todos, sujeitos e lugares, sempre datados.

Imaginemos uma proposta atividade acadêmica que objetive descrever, por exemplo, o tempo. Se há tal possibilidade, o que se ‘edifica’ num estudo de ‘representação’ a nos dizer da ‘estrutura’ da realidade TEMPO? Qualquer que seja o legado teórico a respeito do tempo, nesse caso, nos parecerá sempre com uma ‘representação’ do tempo àquele(s) sujeito(s) que arvore(m) a representá-lo. Essa forma de ser dos objetos representados permite expressões como “o tempo em Bergson”, “o tempo em Foucault”, “o tempo em Newton”, “o tempo em Einstein”, etc.; ou “o tempo na Filosofia”, “o tempo na Física”, “o tempo na História Moderna”, etc.; o que nem sempre leva a um consenso quanto à natureza do objeto tácito e, por vezes, promove divergências entre filosofia e ciência, por exemplo. Isso evidencia certa distância entre o real e a imagem que se ‘representa’ no espírito; entre o que mede, o que se mede e a medida que se expressa; entre a coisa e o signo – seja cognitivo, linguístico, matemático, científico; ou entre ‘as palavras e as coisas’, para usar a expressão Foucaultiana.

3. Da cognição espacial à ‘representação’ linguístico-cognitiva do mundo

Investigações realizadas com humanos e animais (ARSENIJEVIĆ, 2008; TOLMAN, 1948), evidenciam que a imagem mental que os seres vivos promovem do ambiente que os circunda é construída por meio da capacidade de percepção/categorização espacial. Tal construção, que garante o senso de movimentação/locomoção dos seres, são projeções mentais denominadas ‘mapas cognitivos’, também conceituados como esquemas imagéticos, padrões imaginativos não-proposicionais e dinâmicos dos nossos movimentos no espaço, da nossa manipulação dos objetos e de nossas interações perceptivas (Johnson 1987). Nesse sentido, entende-se que tais mapas constituem uma dada estrutura mental, conectam-se uns aos outros através de transformações sinápticas, estimuladas no fluxo vital de seres cognoscíveis, e podem ser metaforicamente elaborados/projetados em atividades linguísticas responsáveis pela expressão subjetiva das abstrações humanas.

Para Arsenijević, (2008), através de experiências no campo da cognição espacial, adquiriu-se um corpo significativo de conhecimentos, bem precisos, que estabelecem laços entre os aspectos funcional, neurológico e representacional do domínio espacial e asseguram a existência de uma arquitetura funcional da cognição espacial. Em consonância com os trabalhos experimentais em ampla variedade de espécies, ‘mapa cognitivo’ é, segundo este autor, um componente funcional que está em destaque na cognição espacial de todos os vertebrados, incluindo os seres humanos. Já se entrevê, aqui, a existência uma “arquitetura funcional” da cognição, que, na relação com a concepção de ‘mapa cognitivo’, pode ser conceituada como uma projeção mental de porções do espaço e do tempo em que se vive. Isso pode ser entendido como o fundamento de representações mentais do mundo, presentes no planejamento/direcionamento da movimentação e das ações sobre o ambiente.

Conceitualmente, ‘Mapa cognitivo’ se aproxima da noção de *script*, usada, entre outros autores, por Abbott & Black (1985) para explicar as organizações mentais e os comportamentos humanos na realização de eventos, de cenas do cotidiano, como ir a um restaurante, a um café, a um supermercado, etc.; também faz lembrar o conceito de ‘esquema’, usado por Piaget para designar um tipo de estrutura assimiladora do conhecimento, ou o de *frame*, de que não trataremos, especificamente, neste texto. Situamos, apenas, que tais conceitos apontam para a existência de um conjunto de ações relativamente estruturadas, um conhecimento que possibilita a otimização do desempenho de certas ações,

objetivos, metas. Entende-se que qualquer ser vivo dispõe de *scripts*, mapas cognitivos, para realizar o conjunto representações e/ou ações afeitas à sua atividade sobre o mundo: do despertar ao tomar o café, existe um conjunto de atividades já previstas em tempo e espaço diferenciados, visando a otimizar a ação final de tomar o café (levantar, vestir, lavar o rosto... encher a chaleira de água, acender o fogo, preparar o coador com o pó, esperar água ferver etc.), mas não está em questão nesse script/mapa, comprar a chaleira, comprar o gás, comprar o pó de café que fariam parte de outros scripts domésticos. Há outros trabalhos centrados no conceito de *script* (MANDLER, 1984; SCHANK, 1977, RASKIN, 1987, por exemplo), mas, aqui, permaneceremos centrados no tratamento dado às noções de representação, que, de certa maneira estão associadas às processamento cognitivo do mundo.

É importante fazer uma ressalva quanto ao entendimento do que realmente acontece no processamento cognitivo do mundo. Para isso, pelo menos duas considerações a respeito das vertentes teóricas nas ciências cognitiva precisam ser feitas. A primeira, está relacionada às analogias entre a atividade cerebral e o funcionamento de uma máquina, no caso, o computador. Tais analogias, Segundo Russo e Ponciano (2002), foram feitas por cognitivistas, na primeira fase dos estudos de cognição, nos idos de 1946 a 1953. Entendia-se, a partir de uma teoria representacional da mente, que a estrutura física do cérebro, a exemplo dos hardwares, seria provida por um conjunto de símbolos articulados através de uma gramática (uma sintaxe, por assim dizerem) estabelecida previamente, a exemplo dos softwares instalados em máquinas. Para os cognitivistas, o cérebro, por meio da sintaxe, interpreta/codifica os dados que lhe são fornecidos através da organização de 'inputs' sensoriais, sem necessariamente atribuir-lhes um significado. Essa noção de cognição entendida pela analogia ao modelo de processamento input-output de computadores foi refutada pelos conexionistas, que propuseram o modelo semântico de conexão neural dos organismos vivos e promoveram uma noção de cognição associada à emergência de estados cerebrais globais, numa rede de nós simples, que, conectados uns aos outros, processam e atualizam as informações do mundo.

A segunda consideração está, de certa forma, associada à primeira. Note-se que, tanto na perspectiva cognitivista, quanto na conexionista, há margens para se pensar a cognição e/ou a noção de mapas cognitivos como uma correspondência direta entre ações internas do organismo (imagens e atividades mentais), por um lado, e, por outro, a ordenação das coisas que existem fora do indivíduo, extrínsecas ao organismo. Isto é, com base em certos postulados das duas teorias, é possível admitir a ideia de existência de um feixe preestabelecido de objetos/espacos externos, mapeados e/ou representados no cérebro. Isso daria a entender que o funcionamento cerebral estabelece uma representação cognitiva isomórfica à organização das coisas do mundo, também conhecida como isomorfia neural.

Porém, se assim o fosse, todas as pessoas, nas mesmas condições de espaço-tempo constituiriam as mesmas 'representações' linguístico-cognitivas do mundo e do próprio espaço-tempo. O que daria um caráter objetivo aos objetos de discurso. Mas essa ideia tem sido descartada, já que a percepção/categorização da realidade, a partir da qual se dá a construção dos objetos cognitivos e/ou linguísticos, limita-se a alguma faceta do real, isto é, ainda que o processo de 'representação' linguístico-cognitiva de objetos de discurso – que implica perceber/categorizar/falar o objeto – seja o quanto possível análogo, regular e analisável entre pessoas de uma comunidade, a percepção/representação de cada sujeito é, necessariamente parcial (dada a condição limitada do ser humano, este, por não perceber a integralidade dos fenômenos, deve selecionar um ou alguns de seus aspectos ou uma de suas partes), e não pode ser neutra, já que toda percepção/representação está condicionada à posição do sujeito em relação ao objeto representado.

Tal posição está relacionada a numerosos componentes psicológicos, sociais, constitutivos das experiências de vida de cada ser, que produzem uma variedade de respostas

dos indivíduos ou grupos face aos mesmos estímulos ambientais. Não se quer dizer, com isso, que a constituição *res extensa* de espaço-tempo dependa da visão e/ou acordo dos sujeitos, mas a natureza *res cogitans* deste ‘objeto’ não lhe alcança a totalidade, bem como um *representans* não o faz com o *representandum*. No entanto, parece inegável que o cérebro humano responde mais ou menos consensualmente aos estímulos ambientais, que, ao longo da evolução, refletem a capacidade e necessidade humanas (também de outros seres vivos) de adaptação ao nicho a que pertencemos, de interação espaço-temporal com o meio, como mecanismo de auto-organização do self e de manutenção da própria vida. Entende-se, nesse sentido, que todos os organismos vivos constroem uma inter-relação direta com o meio em que vivem, de tal forma que permanecem em um contínuo ato de (re)conhecimento do contexto em que se realiza. O que implica conceber/representar intersubjetivamente o ambiente à sua volta.

É a ‘Biologia do Conhecer’, que justifica a máxima “viver é conhecer” de Humberto Maturana, também evidente em Maturana e Varela (1995). O que, nos moldes de Edelman (1987), pode ser traduzido como uma expansão da capacidade de seleção natural dos organismos vivos. Mas, a rigor, no processo de auto-organização, o ser cognoscível também organiza o mundo à sua volta. Ou seja, o mundo físico, externo, além de possuir, em alguma extensão, sua própria natureza *res extensa*, também resulta da atuação dos próprios organismos vivos na ação de auto-organizarem-se.

Esta concepção sequente ao conexionismo, conhecida como *enação* (segundo Arendt (2000), este termo foi cunhado por Humberto Maturana e Francisco Varela, a partir da expressão espanhola *en acción*)², promove a noção de *ação cognitiva*, de *experiência*, em vez de *representação*. Justifica-se, assim, que o termo ‘representação’ usado ao longo deste texto, a maioria das vezes entre aspas, distingue-se do usado a partir dos padrões computacionais da primeira fase dos estudos de cognição. Nas palavras de Damásio (2000, p. 406), há uma razão pela cautela com o termo representação: “ele facilmente evoca a metáfora do cérebro como computador. Mas essa metáfora é inadequada. O cérebro de fato executa computações, mas sua organização e seu funcionamento têm pouca semelhança com a noção comum do que é um computador”. O próprio Damásio faz recomendações quanto ao uso do termo ‘mapa’.

É bem verdade que, assim como ocorre com a palavra *representação*, existe uma noção legítima de padrão e de correspondência entre o que é mapeado e o mapa. Mas essa correspondência não se dá ponto a ponto, e, portanto, o mapa não precisa ser fiel. O cérebro é um sistema criativo. Em vez de refletir fielmente o ambiente que o circunda, como seria o caso com um mecanismo engendrado para o processamento de informações, cada cérebro constrói mapas desse ambiente usando seus próprios parâmetros e sua própria estrutura interna, criando, assim, um mundo único para a classe de cérebros estruturados de modo comparável. (2000, p. 406-407)

Na perspectiva desse pensamento, entende-se que, a partir da emergência das redes neurais, a percepção/categorização, as reações à percepção/categorização e o que é percebido/categorizado se organizam em conjunto, ou seja, sujeito e objeto são a especificação um do outro e emergem na ação. Abandona-se, dessa forma, a ideia de um mundo físico preexistente e acabado, ao qual o cérebro acessa por meio de processos cognitivos e/ou por meio de símbolos predefinidos. E o cérebro, nessa concepção, não é um

² Ressalva-se que ‘enação’, no português (1939), ou ‘*enation*’, no inglês (1835-45), está associado à botânica e advém do latim *enatus* = ‘nascer de’, brotar, surgir. É possível, todavia, que o termo tenha ganhado uma extensão de sentido com Maturana e Varela.

órgão que reflete mundos, objetos: ao contrário, baseado na ‘enação’, na experimentação, é um órgão que os constrói.

Embora se tenha dito isso em aplicações relativas aos estudos de linguagem e cognição, entendemos que não seja possível adotar conceitos, assim, por vezes extremos, como um padrão a se seguir, sem ressalvas ou contrapontos. Então, importa dizer que o fato de os seres se auto-organizarem ou de organizar o mundo à sua volta não pode negar, em alguma extensão, certa autonomia dos objetos do mundo. Uma negação dessa natureza implicaria dizer que todos os objetos do mundo fossem, necessariamente, uma criação da atividade mental de cada indivíduo. E isso não parece razoável. Em consonância com o interesse dessa pesquisa, apenas se afirma a existência de ‘dispositivos’ mentais que, a nosso ver, contribuem decisivamente na auto-organização dos seres vivos.

Com base nisso, afirma-se que advém do movimento vital dos seres humanos a base de funções mentais (cognitivas e psicológicas) integralmente presentes na construção/representação humana da vida, permitindo aos homens percorrerem espaços, estimarem distâncias, escolherem direções, localizarem objetos, situarem lugares e tempos. Nesse contexto, representações cognitivas são constructos mentais atuais, processos que possibilitam ao homem: (a) situar-se no tempo-espaço vital: temporalizar/espacializar; (b) construir projeções de eventos cotidianos, a partir de estímulos sensoriais, semânticos, afetivos; (c) categorizar objetos, pessoas, fenômenos perceptíveis, sons, cheiros, sensações diversas; (d) remeterem-se a lugares e tempos percorridos, em percurso, ou a se percorrerem e (e) representar/manifestar todos os acontecimentos da vida no domínio das atividades linguísticas.

4. A face psicológica da representação

Sob o ponto de vista psicológico, que também é constitutivo dos objetos linguístico-cognitivos, a subjetividade do caráter da representação parece inevitável, já que a natureza de cada realização mental, de cada representação humana do mundo carrega traços do sujeito que percebe. Em outras palavras, a construção das imagens mentais, ainda que se trate da representação de uma mesma realidade no mundo, pode advir de aspectos psicológicos diversos e tornar uma dada noção muito distinta de uma outra, pelo fato de tais noções refletirem distintos campos de experiência.

Tomemos como referência para exame as formas possíveis de percepção/representação do tempo espaço, que é uma condição necessária à sobrevivência humana. Na perspectiva psicológica, a percepção/categorização humana das relações espaciais e/ou temporais configura-se, a maioria das vezes, de forma não idêntica a todos: pode variar de acordo com a experiência e/ou com a pessoa. Observemos, por exemplo, a percepção de uma distância de 1 km, da perspectiva da gestalt, quando percorrido por uma pessoa exausta em comparação ao mesmo percurso feito por alguém em plena forma física, ou quando percorrido por uma pequena criança em comparação a um adulto: 1 km é o que é, mas a experiência de percurso (percepção/categorização/representação) dessa extensão espacial, tomada da perspectiva do exausto, certamente constrói uma realidade diferente do que pode vivenciar (perceber/categorizar/representar) a criança e/ou a pessoa em boa forma física. De igual forma, compare-se a ‘dilatação’ do tempo (ou da percepção/representação deste) quando 30 minutos estão associados ao tédio de se esperar alguém ou à concentração de se assistir a um filme emocionante: 30 minutos são, exclusivamente, 30 minutos, mas a forma de percepção dessa extensão, duração temporal não parecerá a mesma nas duas circunstâncias.

Para ilustrar melhor a asserção acima, eis um excerto de um texto publicitário apresentado em abril de 2009 pelo Ministério da Saúde e Governo Federal, numa campanha de doação de órgãos. Nele, a percepção de tempo está relacionada à condição de quem o

concebe, e a forma de categorização temporal, ainda que para o mesmo intervalo de tempo, se faz diferente a cada experiência:

CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMPO

*“Cinco segundos caminhando na praia é pouco
Cinco segundos caminhando sobre brasas é muito
Cinco minutos para quem precisa dormir é pouco
Cinco minutos para quem precisa acordar é muito
Um fim de semana de sol é pouco
Um fim de semana de chuva é muito
Um mês de férias é pouco
Um mês sem descanso é muito
Uma vida pra quem doa é muito
Mas uma vida pra quem espera é tudo
Tempo é vida.”*

Embora seja indiscutível a diferença de percepção do tempo-espaço nas condições acima descritas, ainda não é possível precisar de forma universal o que realmente acontece em termos de processamento cognitivo, ‘representação’/avaliação psicológica da referida realidade. Isto é, não é possível dizer, por exemplo, se a duração ‘5 segundos’ seja exclusivamente categorizada como rápida ou lenta a depender do estado de tédio ou de bem-estar. Um excerto de uma análise feita por Zakay & Block (1997) esclarece a incerteza ou imprecisão de perspectivas teóricas a este respeito:

As pessoas também estimam durações iguais de modo diferente, dependendo da quantidade de informações apresentadas ou processadas durante o período de tempo. As pessoas podem estimar durações preenchidas como sendo mais longas que durações vazias, mas às vezes o inverso é encontrado. Juízos de duração tendem a ser mais curtos se uma tarefa mais difícil é executada em vez de uma tarefa mais fácil, mas, novamente, o oposto também foi relatado. As pessoas geralmente fazem estimativas de duração mais prolongadas para estímulos complexos do que o fazem para estímulos simples, embora alguns pesquisadores encontraram o oposto (p. 12).

Assim, o tempo, além de ser uma realidade mensurada a partir da percepção humana dos movimentos no espaço, é também apresentado como um ‘ente’ subjetivo, relacionado à condição emocional, ao estado físico, à condição de estresse e/ou a outros componentes psicológicos presentes nas vivências humanas. Tais componentes conferem certa ‘qualidade’ à percepção do tempo.

Dessa forma, há duas acepções distintas e integrantes das noções de espaço e de tempo: de um lado, em um sistema de representação de conhecimento que tem modelo cognitivo de estado de coisas e que é determinado essencialmente pelas experiências cotidianas dos seres humanos, espaço e tempo são vistos como um quadro de referência dado pela disposição/arranjo dos objetos (espaço) e eventos (tempo); de outro, quando o modelo é associado a atributos psicológicos, espaço e tempo, além de extensão e de medida dos movimentos dos objetos, ganham certo status relacionado ao estado de espírito do ser que mede: reflete estados emocionais possíveis da natureza humana. Isto é, sob a perspectiva da gestalt, há possíveis percepções/categorizações de tempo e/ou de espaço, caracterizadas como totalidades organizadas sob os atributos de traços subjetivos de fenômenos psicológicos.

Então, embora seja fato que, como seres humanos, sentimos e processamos a realidade das coisas (tempo e espaço, por exemplo) de forma mais ou menos idêntica, é inegável que há

variações perceptivas/representativas em função de interferências de natureza psicológica. E, se a percepção do mundo integra aspectos psicológicos humanos, a natureza representativa da realidade, isto é, o funcionamento, a realização cognitiva responsável pelas formas diversas de ‘representação’ da vida na psique humana ainda carece de explicação. Colocado assim, o sistema de representação do conhecimento humano neste viés psicológico (aqui entendido não como o que cognitivamente se conhece do mundo, mas o que se conhece do cognitivo), ainda é, pelo menos em parte, um inquietante mistério a se esclarecer.

Utilizando-se dos exemplos acima, relativos à percepção/representação do tempo e do espaço, que pode ser estendido à nossa forma de percepção/representação das coisas do mundo, pode-se dizer que, por meio do mapeamento cognitivo do domínio físico, o homem, além de se estabelecer, se orientar no espaço, passa, em função de um estágio elaborado de consciência de si mesmo, do *self*, a se projetar psicológica e linguisticamente no tempo-espaço, para construir, cada um a seu modo, representações possíveis da realidade, do ambiente, do nicho em que vive. Deste estágio elaborado de consciência de si, trataremos a seguir.

5. Representação e construção do *Self*

É preciso iniciar esta seção com uma nota. Embora pareça, não trataremos aqui dos estudos a respeito da relação memória/representação humana. Apenas percorreremos os ‘achados’ neurobiológicos de Edelman (1987, 1988, 1989, 1992, 2004, 2006) a respeito da emergência do *self* na percepção/representação do presente espaço-temporal, por entendermos que os estudos da Neurobiologia, além de promoverem avanços na concepção do que seja a consciência, percepção, representação de si, abandona a ideia de cérebro estruturado como computador e passa a considerar a representação na dinâmica de funcionamento cognitivo do ser humano em constante atividade de auto-organização. Tem-se, em tais estudos, um homem pensado no processo de categorização/representação dinâmica da própria consciência, na qual emerge o espaço-tempo presentes, em que ele (o homem) se constrói e se identifica (feito *self*) na relação com o mundo, durante toda a existência.

Nesse sentido, o homem se concebe como um ser no mundo representado, no processamento cognitivo das próprias vivências humanas no tempo-espaço vital e na representação de si, das vivências, do mundo. Isso requer uma capacidade de memória representativa (re)construída ao longo da própria existência. Nesta seção, trabalharemos a noção de memória, mais especificamente, para tratar desse assunto.

Edelman (1992) vê a categorização/representação humana como base para o processo de aprendizagem e a memória (não só a memória) como constitutiva da habilidade para categorizar/representar. Este autor concebe, também, que da interação entre a nossa experiência corpórea e o mundo vem a forma como categorizamos/representamos a realidade. Para ele, o fenômeno de categorização/representação é linguístico e cognitivo, o que o aproxima do que Lakoff (1987) denomina “experientialismo”.

O experientialismo se baseia num princípio segundo o qual o corpo, a linguagem e o mundo mantêm uma relação de dependência, e dessa relação decorrem os sistemas categorizadores, conceituais, representacionais da nossa experiência corporal e social. De acordo com Edelman (2006), o cérebro não está isolado - está encarnado no corpo, e este, por sua vez, incorporado no ambiente, no seu nicho ecológico.

A categorização/‘representação’, neste contexto, está ligada à memória, e esta têm como sustentáculo as mudanças adaptativas no ‘comportamento’ cerebral que satisfazem às necessidades fisiológicas do indivíduo. Como a memória, nesse contexto, parece estar organizada em múltiplos sistemas (como o sistema nervoso), as informações memorativas, a

‘memoração’ constitutiva do *self* no aqui-agora emergente na consciência, são processadas em redes neurais. Neste caso, a consciência é considerada fruto do funcionamento integrado de diversos módulos ou mapas cognitivos.

Assim, Edelman (2006) considera que o processo de formação da consciência é dinâmico e não linear. E, nessa formação, o componente biológico está associado com o experiencial. Tal processo, segundo o autor, se faz em permanente evolução e desenvolve no cérebro uma constante e adequada seleção de genes, que são preparados para lidar com novas experiências sensoriais a partir de contextos emocional e culturalmente desenvolvidos. Sob tal perspectiva, está evidente a capacidade do cérebro de promover seleções neurais e ativar mudanças sinápticas necessárias para o próprio equilíbrio, subsistência e consciência do ser, no ambiente em que este está inserido. Consciência (aqui associada à percepção, à categorização, à representação) de si, do tempo-espaço presente, então, não é uma coisa: é um processo. Um complexo processo de realização dinâmica de atividades distribuídas de populações de neurônios em diversos centros nervosos, em áreas diferentes do cérebro.

Nessa perspectiva, o autor sinaliza a possível ‘dialética’ por ele indicada para se conceber como o ‘presente lembrado’, conforme se estabelece em ‘*The Remembered Present: A Biological Theory of Consciousness*’. ‘*Remembered Present*’ é designado pelo autor como tomada de consciência da vida perceptiva pelos humanos. Para ele, está evidente o fato de a consciência “mudar constantemente, e, ainda assim, ser, a cada momento, inteira – o que chamei de ‘presente lembrado’ – refletindo o fato de que toda a minha experiência passada toma parte na formação de minha percepção integrada desse único momento”. (1989, p. 8).

Nessa direção, no presente da vida, encontramos o homem, ao mesmo tempo, uno e em constante modificação, através de processos de conexões neuronais aleatórios, responsáveis pela sua (do homem) permanência no tempo. E tais processos são provocados, geralmente, pelas necessidades de resposta do ser humano ao meio externo e também por movimentos subjetivos, como lembranças, crenças, sentimentos, aprendizagens, etc. Tais movimentos constituem, nesse sentido, o caráter subjetivo do próprio cérebro e das representações mentais.

Assim, as relações estabelecidas entre o reconhecimento de uma cena vivida e um novo evento – o que se traduz como forma de representação do mundo no fluxo presente da vida – não são causais, não se relacionam necessariamente ao mundo exterior; para o referido autor, são subjetivas, baseadas no que fez sentido ou teve valor para o indivíduo no passado. Essa capacidade humana de (re)elaboração, de (re)categorização, de ‘representação’ da vida é fruto da emergência de um novo circuito neural no processo evolutivo, ou seja, conforme o ser humano se desenvolve, novos circuitos neurais modificam seu próprio cérebro e desenvolvem novas habilidades cerebrais.

A emergente memória humana do tempo-espaço presente, nesse sentido, é uma das funções psíquicas, as quais Edelman propõe que sejam entendidas em termos do Darwinismo Neural. Segundo o autor, no caso específico da função psíquica ‘memória’, por exemplo, sua estrutura reflete a estrutura do sistema neural no qual ocorrem mudanças sinápticas emergentes no aqui-agora vital.

Vou restringir o termo a aplicar-se a um processo específico e dinâmico que se relaciona com as estruturas de memória para conferir a habilidade de categorizar. Este processo é mediado por alterações sinápticas e não é uma faculdade separada. É uma propriedade refletindo a estrutura do sistema neural no qual as transformações sinápticas ocorrem. (Edelman, 1989, p.109)

Destaca-se, assim, o aspecto processual da habilidade humana de categorizar/representar (também de categorizar-se, representar-se em) o mundo, que, segundo

o autor, emerge a partir de mudanças dinâmicas e contínuas nas populações e mapas sinápticos, permitindo que ocorra, em primeiro lugar, uma (re)categorização, ‘representação’ nos padrões motores, cognitivos. O autor ainda evidencia duas características do cérebro responsáveis pela habilidade de categorizar/‘representar’: a variabilidade e sua conectividade de reentrância. O termo ‘reentrância’ aponta para o mecanismo de sinalização reentrante entre grupos neuronais. O autor define ‘reentrância’ como o intercâmbio dinâmico, contínuo de reentrada recursiva de sinais que ocorre em paralelo entre os mapas do cérebro, e que continuamente inter-relaciona esses mapas uns aos outros no tempo e no espaço.

A estreita ligação entre consciência (que é uma função representativa) e memória, em Edelman, está no fato de que a memória é um dos processos cerebrais essenciais, juntamente com a categorização perceptual e a formação de conceitos representacionais, para operar os mecanismos da própria consciência – que são princípios em que se baseia o Darwinismo Neural. A categorização perceptual, segundo o autor, acontece por meio da interação dos sistemas motor e sensorio. Tal interação é uma estrutura dinâmica que contém vários mapas sensorios, tendo cada um deles diferentes funções, todas relacionadas, através de ligações, com as ‘reentradas’. Esta estrutura dinâmica é uma espécie de mapeamento global. Além disso, o cérebro humano, para realizar o trabalho de generalização, necessita mapear suas próprias atividades, que são representadas por vários mapas globais, resultando na criação de conceitos. Em outras palavras, pode-se dizer que, para (Edelman 1992), os conceitos são mapas de seus próprios mapas conceituais, são representações das próprias representações mentais.

Nessa perspectiva, temos um desdobramento interessante, que aponta para a capacidade humana de perceber o tempo-espaço vital e projetar (categorizar, representar) tais percepções em atividades linguísticas. Estes processos (perceber, categorizar e representar o tempo-espaço) têm relação com os dois tipos de consciência que Edelman apresenta: a “primária” e a “secundária” ou “elaborada”. Aquela consiste em ter imagens mentais no presente; esta permite o reconhecimento dos atos de um sujeito pensante e requer a capacidade de rememoração.

A memória, no entanto, “não pode simplesmente ser equiparada com a mudança sináptica, embora transformações na força sináptica sejam essenciais para isso” (EDELMA, 2004, p. 52). Ela é uma propriedade de sistema que reflete os efeitos de contexto e as associações representativas de vários circuitos degenerados capazes de produzir uma saída similar, mas não idêntica, já que cada evento dela é dinâmico e sensível ao contexto, que é associativo e também dinâmico. A memória, então, não replica uma experiência original de forma exata (daí a ideia de re-categorização), ela produz uma repetição de um ato mental ou físico que é semelhante, mas não idêntico aos atos anteriores.

Não há nenhuma razão para supor que uma certa memória seja representacional no sentido de que ela armazena um código estático registrado por algum ato. Em vez disso, é mais proveitoso ser vista como uma propriedade de degenerar interações não lineares em uma rede de trabalho multidimensional de grupos neuronais. Tais interações permitem um não-idêntico “reviver” de um conjunto de atos anteriores e eventos, mas, muitas vezes, há a ilusão de que se está lembrando de um evento exatamente como aconteceu. (EDELMA, 2004, p. 52)

Pode-se ver que o caráter dinâmico e não repetitivo da memória humana vem de operações de uma mente mais elaborada, de caráter único em cada indivíduo, a partir das experiências deste. Eis por que a representação é uma atividade única de cada ser no tempo-espaço, ainda que este ser esteja compartilhando tempos e espaços comuns a outros seres.

Neste ponto, é importante ressaltar a habilidade humana em construir cenas que tenha relação com a própria história. Isso marca o surgimento do “eu” linguístico, para que seja possível simbolizar/representar os estados de memória do falante a respeito de si mesmo. Entende-se, para isso, que a capacidade de projeção cognitiva e linguística de um “eu” passado e/ou futuro tenha surgido com a ‘consciência superior’, que é atribuída aos humanos. Isto é, a consciência primária, também presente em organismos não humanos, é capaz de distinguir o ‘eu’ do ‘não-eu’ como forma de sobrevivência, mas ‘inserção’ desse ‘eu’ em tempo-espaço diverso do aqui-agora só é atribuída aos humanos. Isso graça à sua consciência secundária, ‘superior’.

Note-se que, para o autor, a consciência surge da massiva interação de reentrância entre sistemas de memória e sistemas de categorização perceptual. Isso porque, graças a interações anteriores envolvendo sinais corpóreos (sistemas de valores, motor e de sensações emocionais), os processos centrais se (re)organizam) sempre em torno de um “eu”, o *self*, que funciona como centro de referência para a ‘memoração’. Este “eu” se constitui como a reflexão de uma integração de uma cena consciente em torno de um pequeno intervalo de tempo no presente.

É importante esclarecer que, para Edelman (2004), o termo “*Self*”, além de ser usado para se referir à identidade genética e imunológica de um organismo vivo, também serve para assinalar os *inputs* característicos de um organismo individual relatado para a sua história e sistemas de valores. E, em sua forma mais desenvolvida, na consciência elaborada, tem-se o *self* construído na emergência representativa da rede social de interações com uma comunidade de fala.

Esse aspecto emergente, dinâmico do “*self*” ou “eu”, que perpassa a concepção de ‘memória’, ‘consciência’ e ‘*self*’ de Edelman, traz consigo, também, a ideia do ser consciente, agente no processo de categorização, ‘representação’ do mundo em atividades de produção de sentido, já que, nos termos de Edelman (2004), num estado de consciência superior tem-se a consciência de se estar consciente. Isso sustenta a nossa capacidade de raciocinar sobre os nossos atos, que são base para um sentido do “eu”, o *self* sempre presente, consciente, ‘habilitado’ a ‘recriar’ o passado e de promover um futuro intencionado. Esta consciência superior requer habilidade semântica, a qual, por sua vez, requer um grau mínimo de consciência, de centramento no presente, no aqui/agora. É o *self* humano em permanente estado de categorização e recategorização do tempo/espaço em que se insere (o discursivo, em última análise), em que se promove, promovendo-se o sentido.

Conclusivamente, se pensarmos o conceito de memoração, como operação dos mecanismos da consciência, juntamente com o mecanismo da categorização perceptual e da criação de conceitos, podemos dizer que a REPRESENTAÇÃO é a própria produção constante de sentido e (re)construção do ‘*self*’, ou seja, a (re)criação, atualização, evolução constante do sentido da vida, que tem relação com a história e as vivências pessoais, crenças, desejos, emoções de cada um, confirma a ideia de caráter único da consciência, da representação do tempo-espaço presente e do sentido, que cada ser humano produz em relação a si mesmo, ao outro e à comunidade.

Assim se concebe, se edifica a existência de um sentido de identidade persistente, ‘representada’ em um ‘não-fraturado *self* autobiográfico’ (SINHA, 2007). O que é uma necessidade fundamental para o bem-estar psicológico e, principalmente, para a sobrevivência do ser humano. Nesse sentido, Antônio Damásio (2000, pp. 223-225) propõe que

Um aspecto chave da evolução do ‘*self*’ diz respeito ao auto-equilíbrio de duas influências: o passado vivido e o futuro antecipado. [...] As memórias dos cenários que concebemos como anseios, desejos, objetivos, metas e obrigações exercem uma atração sobre o *self* de cada momento. [...] Sem dúvida, eles (anseios, desejos, etc.) também têm um papel na remodelação

do passado vivido, consciente e inconscientemente, e na criação da pessoa que concebemos sendo nós mesmos, momento a momento.

E este movimento ‘auto-equilíbrio’, de constituição dos sentidos da vida, que se traduz, de certa forma, como construção do *self*, é possível, essencialmente, na relação, na interatividade linguística, construída no seio de comunidades falantes entre *selves* co-constutores de si mesmos.

Alcança-se, nessa perspectiva, o processamento linguístico-cognitivo do ser de linguagem (humano, presente, consciente, interativo, representativo) como condição de sobrevivência. A consciência ‘superior’ deste ser requer, também, uma capacidade de representação e de linguagem, que, por sua vez, requer um grau mais elevado de consciência, constituído pelas experiências vividas e/ou antecipadas no instante presente de cenas enunciativas recursivamente unificadas no aqui/agora interativo do ‘*self*’. Este grau, conforme se disse, só é alcançado por humanos, em atividades linguísticas com os seus pares.

6. Linguagem, representação e metáfora

Nesta seção, centraremos as nossas buscas na relação linguagem/representação, tendo como referência estudos linguísticos segundo os quais possíveis representações linguístico-cognitivas de realidades consideradas ‘concretas’, sejam metáforas construídas a partir nas nossas experiências físicas (espaço→tempo; amor→viagem). A intenção é promover questionamentos a respeito do que se constrói atualmente como representações linguísticas a partir dos estudos de metáfora.

Consideremos, como ponto de partida, certo senso, norteador de estudos na Linguística Cognitiva, de que a linguagem é inextricavelmente ligada a fenômenos psicológicos, cognitivos, sociais, “que não são especificamente linguísticos no caráter” (LANGACKER 1987, 12). Preconiza-se, dessa forma, que a aquisição e o uso da linguagem repousam numa base experimental: já que a experiência do mundo é filtrada através de faculdades mentais extralinguísticas (atenção, percepção, categorização, memória, etc.), a linguagem deve ser, necessariamente, influenciada por tais faculdades. E, nesse sentido, sistemas perceptivos/representativos da natureza humana são de significativa relevância para o estudo da linguagem em si.

No domínio da semântica, por exemplo, busca-se fundamentar o significado não exclusivamente no mundo, mas em representações mentais e perceptuais que se constroem do/no mundo. Dado que esta seja a orientação geral da área, procuraremos nesta seção focar, mais especificamente a relação da linguagem com a percepção, a categorização, a representação linguística de objetos no mundo. O foco principal é o entendimento segundo o qual domínios abstratos surgiram de circuitos cerebrais projetados para raciocinar sobre o mundo físico. E esta ideia também é adotada para a explicação de padrões linguísticos.

Linguistas (Jackendoff, 1983; Lakoff e Johnson, 1980; Langacker, 1987; Talmy, 1988) têm observado que quando as pessoas falam sobre os estados, ideias e/ou outras abstrações, elas o fazem cooptando uma organização linguística, um conjunto de expressões relacionadas ao mundo físico. Isto é **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, palavras emprestadas de domínios físicos (espaço, força e movimento) dão origem a metáforas linguísticas para inúmeras ideias abstratas. Tem-se argumentado, então, que pessoas criam domínios abstratos, importando estruturas linguístico-cognitivas a partir de conceitos baseados na experiência física. Atribui-se (CASASANTO 2010) a Gruber (1965) a articulação desta ideia, com a Hipótese das Relações Temáticas (TRH), assim comentada por Jackendoff (1983, p. 188-189).

Nós podemos restringir as possíveis hipóteses sobre tais conceitos [os da descoberta linguística de Gruber], adaptando, na medida do possível, a álgebra motivada independentemente de conceitos espaciais para nossos propósitos novos. A alegação psicológica por trás desta metodologia é que a mente não fabrica conceitos abstratos fora do ar, **ela adapta mecanismo que já está lá, tanto no desenvolvimento do organismo individual quanto no desenvolvimento evolutivo das espécies. (grifo meu)**

Diante da observação de que as pessoas falam sobre domínios abstratos em termos de domínios relativamente concretos, o desafio tem sido responder ‘de que maneira isso realmente acontece’. Nesse afã, encontra-se a “Teoria da Metáfora Conceitual”, proposta pelo linguista George Lakoff e o filósofo Mark Johnson (1980, 1999). Segundo eles, as ‘metáforas conceituais’ estão entre as principais descobertas da Ciência Cognitiva. Isso incita a seguinte pergunta: **é a representação uma metáfora?**

A ideia de que metáforas convencionadas em linguagem revelam a estrutura de conceitos mentais, de operações cognitivas, é frequentemente associada com a “Teoria da Metáfora Conceitual”. Até então, a alegação dos autores acima citados de que as pessoas ‘pensam’ metaforicamente foi apoiada, quase inteiramente, por provas de que ‘falamos’ metaforicamente. Lakoff e Johnson (2002) propõem que, de forma subjacente às expressões linguísticas ditas metafóricas haja estruturas cognitivas construtoras de tais metáforas: as chamadas ‘metáforas conceituais’. Acreditam, assim, que “nossas expressões linguísticas são governadas por generalizações: as metáforas conceituais ou conceitos metafóricos” (p.17). Nessa perspectiva, percepção, categorização, ‘representação’ do mundo se vincula a operações cognitivas da metáfora, já que grande parte de conceitos básicos, como tempo, espaço, quantidade, estado, e de conceitos emocionais, como amor, felicidade são compreendidos metaforicamente.

Isso atribui um importante papel à metáfora na representação dos fatos do mundo ao longo da vida: a metáfora é parte do nosso cotidiano, seja na linguagem, seja nas ações, no pensamento, já que o nosso sistema cognitivo-conceitual é, na perspectiva dos autores, predominantemente metafórico. Preconiza-se, assim, que “uma metáfora conceitual é uma maneira convencional de conceitualizar um domínio de experiência em termos de outro, normalmente de modo inconsciente” (LAKOFF, 2002, P. 4). Isto é, o pensamento metafórico é organizado através de “associações convencionais” (LAKOFF e JOHNSON, 1980), em que conceitos não metafóricos de um ‘domínio-fonte’, que é a base para as inferências representativas, dão condição à construção de ‘metáforas conceituais’ em um domínio-alvo, que é o espaço de aplicação de tais inferências.

O exemplo clássico dos autores é “O AMOR É UMA VIAGEM” em que a metáfora conceitual se dá graças ao mapeamento entre um domínio-fonte (VIAGEM) e um domínio-alvo (AMOR). Dá-se a entender que, nessa forma de entender a cognição/significação de termos abstratos, para se representar ‘o que é o amor’ é necessário acessar uma compreensão do que seja uma viagem. Isso deve pressupor a existência de um conhecimento já sistematizado sobre o domínio-fonte ‘VIAGEM’, no qual o falante/ouvinte se apoia, para compreender, por inferência, o domínio-alvo ‘AMOR’. Em síntese, ‘VIAGEM’ conceitual ‘AMOR’. Sinteticamente, pode-se dizer que Lakoff buscou a existência de um princípio-base responsável por reger a maneira de linguisticamente o *frame* ‘VIAGEM’ caracterizar o *frame* ‘AMOR’. Tal investigação relaciona-se a existência, ou não, de uma estrutura cognitiva que governe como as referências relacionadas à VIAGEM são utilizadas para raciocinarmos sobre AMOR.

Para o autor, existe esse princípio mental geral, que não faz parte nem do léxico, nem da gramática, mas do sistema conceitual sobre o que a linguagem se fundamenta. A

organização de tal princípio está relacionada com a organização do corpo: nós nos movemos, normalmente, e interagimos com objetos e pessoas. E, através dessa experiência corporal, aplicamos, de forma inconsciente, conceitos, que, de certa forma, são impostos através de nossos sistemas perceptuais e conceituais/representacionais. Tem-se, assim, a ideia de mente corporificada que projeta abstrações representativas ‘apropriando-se’ de mapas mentais, ou *frames*, construídos a partir da relação corpo/mundo. *Frames*, nesse contexto, apontam para abstrações formadas por padrões recorrentes em nossa experiência, modelos cognitivos idealizados, os quais garantem o funcionamento da nossa memória e estruturam toda a nossa cognição (LANGACKER, 2008).

No entanto, a presença de expressões metafóricas na linguagem não prova, necessariamente, a existência de uma universal metáfora conceitual subjacente que é responsável por todas as representações de um domínio, isto é, é arriscado dizer, por exemplo, que ‘tempo’ (ou a concepção humana de) seja uma metáfora de ‘espaço’, ou que AMOR o seja de VIAGEM. É verdade que metáforas são bastante frequentes na linguagem, e elas são muitas vezes consistentes, mas isso não implica que os conceitos que são representados em uma linguagem metafórica não poderiam também ser representados de forma independente. Ainda que as metáforas, no geral, sejam usadas para destacar similaridades, elas não abrangem todo o conceito-alvo, nem a sua utilização implica que todos os aspectos do conceito de fonte/origem podem ser traduzidos para o conceito de destino.

À luz dos trabalhos de Radden (1997³, apud Tenbrik, 2007), por exemplo, a conceituação de ‘tempo’ como ‘espaço’, como evidenciado por expressões metafóricas, assume diferentes formas e variantes, entre as línguas, bem como dentro de um único idioma. Ele aponta que existem outras metáforas através das quais conceitos temporais podem ser expressos, tal como a de tempo em um eixo vertical, na cultura chinesa; a de tempo como um objeto: “ter um tempo duro”; ou de tempo personificado: “o tempo dirá”; etc. Tem-se, assim, uma evidência de que longe do ser objeto de uma transferência consistente de um único domínio espacial para o temporal (a partir do eixo frente- trás, nos moldes de Clark, 1973), os conceitos de tempo e de espaço sofrem semelhante complexidade dos processos metafóricos.

Ainda que seja controversa, se aplicarmos ao tema deste texto a aceção da primazia cognitiva das relações físicas, ‘concretas’ (espaço, viagem) sobre as ‘não-físicas’, ‘abstratas’ (tempo, amor), parece concebível o fato de um mesmo sistema neural ser ‘destinado’ a conceber o movimento corporal (espacial, físico) e ter um papel central na concepção de conceitos relacionados a domínios ‘mais abstratos’, como é o tempo. E desconhecer isso, em nome de certo relativismo, acrescenta pouco. Tal hipótese encontra algum respaldo, sobretudo, na ‘versão atualizada’ da metáfora conceitual, a “Teoria Neural da Metáfora”, que, de certa forma, advém do aprimoramento dos estudos de Lakoff, em que o autor modificou a concepção quanto ao funcionamento da mente/linguagem e, em decorrência disso, quanto à teoria da metáfora. Segundo o próprio Lakoff (2008), os delineamentos básicos dos estudos anteriormente apresentados sobre a metáfora ainda permanecem válidos, todavia, com o desenvolvimento da ciência cerebral e da computação neural, houve um refinamento da sua concepção quanto ao processamento da metáfora.

Desse refinamento surge a “Teoria Neural da Metáfora”. Tal teoria assume que o circuito neural é moldado pela experiência, tal qual se postulou com as ‘metáforas conceituais’. Em função da ligação central entre corpo e mente, propõe-se a chamada ‘Semântica da Simulação’, segundo a qual os significados são concebidos como

³ Radden, Gunter. **Time is space**. In Birgit Smieja und Meike Tasch (eds.), *Human Contact Through Language and Linguistics*, 147–166. Frankfurt/Main: Peter Lang. 1997.

simulações/representações mentais feitas a partir da produção de significados de conceitos físicos, isto é, a ativação dos neurônios construtores de abstrações conceituais depende da imaginação, percepção ou desempenho de uma ação. Em outras palavras, quando uma pessoa promove uma imagem representativa, ou relembra certas performances de movimento, há uma ativação de grande parte dos neurônios que entram em atividades quando realmente se desempenham tais movimentos. Em tal concepção, que também assegura a existência de uma mente corporificada, postula-se que o significado de ‘conceitos concretos’ é diretamente corporificado, e, no uso das representações linguísticas, ativamos áreas motoras e/ou perceptuais correspondentes.

A transformação da Teoria Conceitual (TCM) para a Teoria Neural da Metáfora (TNM) está no seguinte aspecto: na primeira, postulava-se a hipótese de que o processamento do domínio-fonte no cérebro se dava antes do mapeamento do domínio-alvo; na TNM, entende-se que tal processamento se dá em paralelo: acredita-se que, diante de uma expressão metafórica, o ouvinte ativa tanto o circuito neural do domínio-fonte, através dos significados literais das palavras, quanto o circuito neural do domínio-alvo, através do contexto de uso da língua. Tais circuitos constroem um mapeamento singular, integrado, responsável pela produção de sentido. De acordo com esse entendimento, as representações linguísticas baseadas em metáforas conceituais não se distanciam do processamento não-metafórico fundamentados em *frames* comuns (LAKOFF, 2008).

No entanto, não parece haver nesse postulado comprovação suficiente para dizer como é que um falante constrói uma metáfora como “TEMPO É ESPAÇO”, se tomarmos como dado análogo apenas a expressão linguística “O AMOR É UMA VIAGEM”, que parece ter sido criada para exemplificar uma assertiva teórica. É razoável admitirmos que uma pessoa, ao construir uma ‘representação’ ou metáfora, deve partir de algum ponto referencial (ou alguns pontos) para fazer as integrações que são factíveis em termos metafóricos, comparativos, conceitualmente similares, mas é inegável que haja a necessidade de descartar outros pontos não tão agrupáveis assim. Quem viu o AMOR como VIAGEM deve ter visto nesta algo que fosse interessante mapear sobre o amor, da mesma forma que é possível perceber certa similaridade conceitual em alguns aspectos do tempo e do espaço, mas, não parece que existe uma simetria entre os dois domínios ponto a ponto, para se admitir que um e outro funcionem paralelamente.

Outro ponto que merece ser pensado é a construção de um paralelismo metafórico (conceitual ou neural) do ponto de vista de quem processa uma metáfora/representação já estabelecida em um postulado teórico. Isto é, ao ler O AMOR É UMA VIAGEM é possível que, antes de chegar a VIAGEM, já tenhamos processado muita coisa sobre AMOR. Ou, para processar AMOR é necessário, **antes**, processar VIAGEM? Se, em vez de afirmar O AMOR É UMA VIAGEM, fosse dado o tópico ‘AMOR’, a cópula ‘É’, a um falante da língua, provavelmente este processaria ‘AMOR’. Como isso seria possível, se a fonte ‘VIAGEM’ lhe fora omitida? Uma pesquisa numa ferramenta de busca na Internet com a precisa expressão “O AMOR É”, resulta (todos acessados em 22-02-2012) em, aproximadamente 7.120.000 de resultados, entre os quais, muitos não organizam cópulas do tipo ‘O AMOR É UMA VIAGEM’, mas é possível listar algumas expressões em que o lugar do predicativo seja preenchido por nomes cuja significação se distancia da palavra viagem. Nesse caso, está evidente que não seja obrigatoriamente necessário processar sinapses neurais ou estruturas cognitivas conceituais de VIAGEM para entender ou significar AMOR. Vejamos os seguintes dados:

(1) Se o amor é fantasia, eu me encontro ultimamente em pleno carnaval.⁴

⁴ <http://pensador.uol.com.br/amor/>

- (2) "Imagino por que o amor é tantas vezes igualado à alegria quando, de fato, ele é todo o resto também: desgosto, bálsamo, obsessão, satisfação, (...)." Florida Scott-Maxwell⁵
- (3) "O amor é uma batalha, o amor é uma guerra; o amor é crescimento contínuo." James Baldwin⁶
- (4) Na verdade o amor é uma coisa inexplicável (sic) néh?⁷
- (5) O Amor é uma Falácia.⁸
- (6) O amor é uma droga.⁹
- (7) O amor é Deus.¹⁰

Considerando que todas as frases acima são legítimas expressões da língua, é preciso reconhecer que, se há um 'domínio-fonte' para o 'domínio-alvo' AMOR, aquele não se restringe a VIAGEM. Os dados falam por si. Nos exemplos, os sintagmas FANTASIA (1), ALEGRIA, DESGOSTO, BÁLSAMO, OBSESSÃO, SATISFAÇÃO (2), BATALHA, GUERRA (3), COISA INEXPLICÁVEL (4), FALÁCIA (5), DROGA (6) e DEUS (7), todos preenchem o lugar de 'domínio-fonte'. Então, haverá um deles que seja condição *sine qua non* para se processar AMOR? Eis uma questão não resolvida com a TCM ou com TNM. É verdade que o processamento paralelo da TNM nos elimina as dificuldades de processamento conceitual em escalas de muitos milésimos de segundo, mas seria meramente por essa razão que os autores adotaram a hipótese do processamento paralelo? Fica a dúvida.

7. Considerações finais

Como se percebe, este texto é muito mais um conjunto de indagações e incertezas a respeito do que realmente são, em termos cognitivos, as representações mentais. Admitimos que os estudos aqui sintetizados demonstram, de alguma forma, que os experimentos na interface de áreas como Linguística, Neurociência, Psicologia, Filosofia, fornecem alguma janela, ainda que minimamente aberta, para a explicação do funcionamento das nossas abstrações/representações cognitivas. No entanto, entendemos que, apesar do avanço tecnológico e da consequente agudeza da instrumentação de categorização disponível, é preciso admitir a limitação da nossa acuidade, no tocante à análise do processamento cognitivo das representações do mundo e à 'descrição' exata do que caracteriza o 'flash sináptico' gerador das manifestações sintático-semânticas das percepções humanas, já que as análises se valem, quase exclusivamente, do material linguístico e/ou imagético (no caso de uso da linguagem não-verbal) que **decorre** de, e/ou motiva tal processamento.

Não se quer dizer, com isso, que estamos diante de um objeto intratável (discursivamente, se assim o fosse, nem objeto seria), ou que os estudos recentes (a TNM, por exemplo) não ofereçam boas formas de melhor compreendermos a relação

⁵ <http://www.casadobruzo.com.br/textos/famor.htm>

⁶ <http://www.amar-ela.com/frases-de-amor>

⁷ <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20060626174354AAWEz9b>

⁸ <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/amorfalacia.htm>

⁹ <http://capinaremos.com/2011/12/30/o-amor-e-uma-droga/>

¹⁰ <http://intervox.nce.ufrj.br/~jobis/amor.html>

pensamento/linguagem, mas em termos da fragilidade dos processamentos neurais da representação, ainda há muito que se avançar. O que se vê, muitas vezes são hipóteses interpretativas a partir de palavras, expressões, frases inclusive ‘criadas’ para atender a um pensamento teórico: o próprio Lakoff, ao afirmar que analistas da metáfora não conhecem computação neural, admite que o quadro de notação a partir do qual ele explica a metáfora é uma invenção.

Quanto aos aspectos linguísticos da representação, é evidente que a linguagem indicia projeções cognitivas do pensamento, todavia, dada a diferença entre a natureza da fala expressa e a ‘estrutura’ mental do pensamento motivador da expressão, os tratados teóricos ainda não parecem, até aqui, responder a duas importantes indagações: a) O que é e como realmente acontece o processamento mental capaz de pensar o mundo e ‘converter’ pensamentos em palavras? b) como funciona, em termos de projeções cognitivas, o uso de estruturas mentais do domínio das coisas físicas, para o domínio das coisas não-físicas, abstratas, representativas?

Conclusivamente, embora decorram de postulados dos autores citados ao longo deste texto, ainda não é possível afirmar convictamente que uma teoria da metáfora responda a estas questões. Apesar do expressivo corpo de teoria linguística que promove explicações a respeito do funcionamento ou integração conceitual de significados metafóricos de palavras, ainda não se estabeleceu, nos moldes metodológicos das ciências naturais, um conjunto de evidências que sustentem uma explicação clara do que acontece na atividade cerebral de representação da realidade. No modelo doutrinário cartesiano, não se tem, até então, uma constatação de que todos esses postulados soerguidos na ciência da linguagem sejam uma verdade que não suscita qualquer dúvida, pela clareza e distinção com que se apresenta ao espírito. Pode-se até admitir que, na ausência de evidências não-linguísticas para representações mentais metafóricamente estruturadas, seja valiosa a noção de que o pensamento abstrato, a representação em si mesma, resulte da exaptação de domínios físicos, mas isso não deixa de ser uma confissão de fé. Ao que parece, o que realmente acontece nesse particular da cognição humana permanece um mistério a ser entendido.

REFERÊNCIAS

- ABOTT, V. & BLACK, J. **The Representation of Scripts in Memory**, *Journal of Memory and Language*, 24. 1985.
- ARSENJEVIĆ, Boban. **From Spatial Cognition to Language**. *Biolinguistics* 2008, pp. 03–23. Disponível em <http://www.biolinguistics.eu>, acessado em 25-11-2008.
- CASASANTO, D. **Space for Thinking. In Language, Cognition, and Space: State of the art and new directions**. V. Evans & P. Chilton (Eds.), 453-478, London: Equinox Publishing 2010.
- CLARK, Herbert. H. **Space, time, semantics and the child**. In T. E. Moore (ed.) *Cognitive development and the acquisition of language* 27–63. New York: Academic Press. 1973.
- DAMÁSIO, António. **O mistério da consciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- EDELMAN, G. M. & TONONI, Giulio. **A Universe of Consciousness – How Matter Becomes Imagination**. Basic Books, 2000.
- EDELMAN, G. M. **Biologia da consciência – as raízes do pensamento**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- EDELMAN, G. M. **Bright Air, Brilliant Fire: On the Matter of the Mind**, New York: Basic Books, 1992.

- EDELMAN, G. M., **Topobiology**. New York: Basic Books, 1988.
- EDELMAN, Gerald M. **Neural Darwinism – The Theory of Neuronal Group Selection**. New York: Basic Books, 1987.
- EDELMAN, Gerald M. **Second Nature – brain science and human knowledge**. New Haven and London: Yale University Press, 2006.
- EDELMAN, Gerald M. **The Remembered Present – A Biological Theory of Consciousness**. New York: Basic Books, 1989.
- EDELMAN, Gerald M. **Wider than the sky – the phenomenal gift of consciousness**. New Haven/London: Yale University Press, 2004.
- GRUBER, J. **Studies in lexical relations**. Cambridge: MIT Press, 1965.
- JACKENDOFF, Ray. **Semantics and cognition**. Cambridge: MIT Press, 1983.
- JOHNSON, Mark. **The body in the mind: The bodily basis of meaning, imagination and reason**. Chicago: University of Chicago Press. 1987.
- LAKOFF, George. **The Neural Theory of Metaphor**. In: GIBBS, Ray (ed). **The Cambridge Handbook of Metaphor and thought**. Oxford University Press, 2008. p. 17-38.
- LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. **Metaphors We Live By**. Chicago: The University of Chicago Press. 1980.
- LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. **Philosophy in the Flesh: The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought**. New York: Basic Books. 1999
- LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida Cotidiana**. (Coordenação da tradução: Mara Sophia Zanotto) – Campinas. São Paulo: Mercado de Letras; São Paulo: Edpuc, 2002.
- LANGACKER, Ronald. **An introduction to cognitive grammar**. Cognitive Science 10: 1-40. 1987.
- LANGACKER, Ronald. **Foundations of cognitive grammar I: Theoretical prerequisites**. Stanford, Calif.: Stanford University Press. 1987.
- LANGACKER, Ronald. **Cognitive Grammar: A Basic Introduction**. Oxford: Oxford University Press. 2008.
- MATURANA, H. & Varela, F. **A Árvore do Conhecimento: As bases biológicas do entendimento humano**. São Paulo : Editorial Psy II, 1995.
- MANDLER, Jean Matter. **Stories, scripts and scenes: aspects of schema theory**. London, New Jersey. 1984.
- POIDEVIN, Robin Le. **The Images of Time: An Essay on Temporal Representation**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- RASKIN, Victor. **Linguistic heuristics of humor: A script-based semantic approach**. International Journal of Society and Language, v.65, p. 11-25, nov., 1987.
- RUSSO, Jane A.; PONCIANO, Edna L. T.. **O sujeito da neurociência: da naturalização do homem ao re-encantamento da natureza**. Physis [online], Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, dez. 2002. Disponível em <www.scielo.br/pdf/physis/v12n2/a09v12n2.pdf>. acessado em 15 jun. 2011.
- SCHANK, R. C. Abelson R. P. **Scripts, Plans, Goals and understanding**. Lawrence Erlbaum, Hillsdale, N. J. 1977.

SINHA, Chris. **Cognitive Linguistics, Psychology, and Cognitive Science**. In: GEERAERTS, D. & CUYCKENS, H. (Eds.) *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford University Press, 2007, p. 1266-1294.

TALMY, L. **Force dynamics in language and cognition**. *Cognitive Science* 12: 49–100. 1988.

TENBRINK, Thora. **Space, Time, and the Use of Language: An Investigation of Relationships**. Berlin: Mouton de Gruyter. 2007

TOLMAN, E.C. **Cognitive maps in rats and men**. *Psychological Review*, 55, 189-208. 1948.

ZAKAY, Dan. and BLOCK, Richard. **Temporal cognition**. *Current Directions. in Psychological Science* Vol. 6, N° 1: 12–16. 1997. Disponível em <<http://www.montana.edu/wwwpy/Block/papers/Zakay&Block-1997.pdf>>. Acesso em 31-01-12.